

1 SEGURANÇA ALIMENTAR NA PANDEMIA DE COVID-19: LIÇÕES APRENDIDAS E DESAFIOS PARA A ASSISTÊNCIA NUTRICIONAL

Maria do Carmo Pinho Franco

Fernanda Thomazini

Anni Lei

Anna Maria Medeiros Peliano

Semíramis Martins Álvares Domene

Ana Lydia Sawaya

Mariangela Belfiore Wanderley

Cláudia Maria Bógus

Maria Paula de Albuquerque

A pandemia do novo coronavírus Sars-COV-2, nomeada como Covid-19, levou à trágica perda de milhões de vidas humanas com profundas consequências sociais e econômicas, amplificando as desigualdades sociais e contribuindo para o aprofundamento do quadro de insegurança alimentar e nutricional no Brasil (Inquérito, 2022), como em outras partes do planeta (Swinnwn; McDermott, 2020).

Estudo realizado pela Unicef em parceria com o Ibope, que teve como objetivo identificar os impactos primários e secundários das medidas de prevenção contra a Covid-19 na vida de crianças e seus familiares, observou que a crise desencadeada pela pandemia impactou, de forma negativa, a renda dos brasileiros. Esse estudo contou com a participação de 1.516 indivíduos de todo o Brasil, que foram entrevistados no período de 3 a 18 de julho de 2020. Dos respondentes, 52% eram mulheres; 40% residiam com crianças e/ou adolescentes; 49% se autoidentificaram como brancos; 45% como pardos; e 11% como negros. A região Sudeste foi a que apresentou maior percentual de respostas. Em relação à renda familiar, 32% da amostra recebia entre 1 e 2 salários-mínimos, sendo que 64% dos respondentes estavam trabalhando antes das restrições impostas pela pandemia e no momento que foi realizada a pesquisa essa proporção apresentou decréscimo de 14%. Além disso, 55% dos respondentes mencionaram diminuição significativa na renda familiar, e em famílias com crianças e adolescentes esse percentual sobe para 63%, o que demonstra a iniquidade social dos efeitos da pandemia (Unicef, s.d.).

Outro aspecto importante abordado na pesquisa da Unicef/Ibope foi a avaliação do papel dos governos federal, estadual e municipal em apoiar as famílias vulneráveis no contexto da pandemia. Foi constatado que os programas Bolsa Família e Auxílio Emergencial foram relevantes para a composição da renda das famílias, especialmente aquelas compostas por crianças e/ou adolescentes. Verificou-se que quase a metade da população brasileira com 18 anos ou mais solicitou ou reside com alguém que solicitou o auxílio emergencial (46%), o que corresponde a cerca de 72 milhões de brasileiros. Esse percentual não é homogêneo, sendo maior entre residentes com crianças e adolescentes (52%) do que entre os não residentes (42%). Entre os que solicitaram, cerca de 75% receberam o auxílio emergencial, aproximadamente 54 milhões de pessoas, proporção que chegou a 40% entre residentes com crianças ou adolescentes, frente a um percentual de 30% entre não residentes (Unicef, s.d.). Esses números demonstram a importância da expansão e do fortalecimento desses programas de proteção social para prover, ainda que de forma insuficiente, o acesso a bens e serviços por parte das pessoas em situação de vulnerabilidade, especialmente crianças e adolescentes.

Como era de esperar, a redução da renda familiar impactou de forma negativa tanto a questão do acesso quanto da qualidade do alimento, especialmente naquela população mais vulnerável pertencente às classes D e E (Unicef, s. d.). Nos primeiros cinco meses da pandemia, 33 milhões de brasileiros passaram por alguma situação em que os alimentos acabaram e não tinha dinheiro para comprá-los (ibidem). Desses, 9 milhões deixaram de fazer alguma das refeições por falta de recursos para aquisição de alimentos e 1.7 milhão de famílias compostas por crianças e/ou adolescentes deixaram de comer (ibidem).

Em relação ao acesso a programas de distribuição de alimentos, seja pelo governo, seja por instituições religiosas/sociedade civil, 92% dos respondentes disseram não ter recebido qualquer tipo de ajuda e não ter participado de nenhum programa de distribuição de alimentos (ibidem). No momento da aplicação do estudo, 49% dos respondentes relataram mudanças nos hábitos alimentares da família, e essa mudança foi maior naquelas com crianças e/ou adolescentes (58%) (ibidem). Essa mudança se reflete no maior consumo de alimentos industrializados em detrimento ao consumo de alimentos in natura ou minimamente processados (ibidem). Esses dados revelam um cenário caótico que a pandemia da Covid-19 impôs sobre grande parcela da população brasileira, agravando o problema da desigualdade de renda, de acesso ao alimento e, especialmente, no acesso aos alimentos de qualidade.

Iniciativas para mitigar o avanço da fome

O cenário exposto no estudo da Unicef/Ibope levantou a questão de como o poder público pode, em caráter emergencial, minimizar os efeitos da insegurança alimentar sobre as populações mais vulneráveis em todo o Brasil, e de forma estruturante reverter esse cenário.

Nesse sentido, é exemplar a experiência construída em Belo Horizonte (MG). Belo Horizonte, evidentemente, não se distancia da realidade de outras capitais e municípios brasileiros que, desde antes da pandemia de Covid-19, vinha apresentando crescimento (in)sustentável da pobreza e a ampliação no número de pessoas em situação de rua.

A cidade de Belo Horizonte está inserida em uma Região Metropolitana com quase 6 milhões de habitantes e conta com uma política consolidada de segurança alimentar e nutricional há mais de 27 anos. Nessa história, a gestão de temas relacionados à agroecologia, à agricultura urbana e familiar, ao abastecimento e à comercialização, à assistência e educação alimentar, foi construída por meio de ações intersetoriais e do estímulo à participação social (Revista Alimenta, s.d.).

No contexto das restrições impostas pela pandemia de Covid-19, a rápida atuação do poder público com a organização dos

instrumentos permitiu que Belo Horizonte desenvolvesse estratégias para a reordenação dos serviços integralizando a saúde e a assistência social para a manutenção e ampliação do atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade garantindo o direito à alimentação durante o primeiro ano de pandemia. Várias ações foram traçadas, valendo o destaque para a ampliação e reordenação do banco de alimentos e dos restaurantes populares. Esse primeiro foi responsável pela distribuição de alimentos em caráter emergencial e complementar às famílias vulneráveis, enquanto os restaurantes populares forneceram refeições em marmitex.

Essa abordagem resultou na doação de 344 toneladas de alimentos e no fornecimento de 1.426.180 refeições, e dessas, 528.492 foram voltadas à população em situação de rua (ibidem). Outra abordagem importante foi a instituição de um programa para o fornecimento de cestas básicas. Esse se destaca de outros, já que foi criada uma plataforma online que congregou o cadastro de diferentes setores do município na tentativa de mapear as famílias mais vulneráveis. Outro ponto importante foi a forma de distribuição das cestas, uma vez que o beneficiário recebia um número de voucher e iria ao supermercado mais próximo da sua casa para a retirada da cesta de alimentos. Essa iniciativa não só organizou a distribuição do benefício, mas evitou tanto as aglomerações em pontos fixos de distribuição quanto o deslocamento desnecessário das famílias, resultando na distribuição de 2.660.119 cestas em um período de apenas 8 meses (ibidem).

As organizações da sociedade civil também se mobilizaram para mitigar o avanço da fome frente à emergência sanitária imposta pela pandemia da Covid-19. Um exemplo disso foi observado na cidade de São Paulo, onde o Centro de Recuperação e Educação Nutricional (Cren) desempenhou papel importante realizando o acompanhamento das famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O primeiro passo no plano de contingência do Cren frente à pandemia foi manter a oferta de cuidado da criança mal nutrida iniciando o processo de teleatendimento, uma vez que com o agravamento das condições econômicas impostas pela pandemia já se esperava o aumento da prevalência de subnutrição nessa população “invisível”. Foi imperativo aos equipamentos de saúde, educação e assistência social o reconhecimento da criança em insegurança alimentar para a prevenção de desvios nutricionais.

A implantação do teleatendimento propiciou à equipe do Cren realizar o diagnóstico de como as famílias estavam lidando com a nova realidade imposta pela pandemia de Covid-19. Foi feito o levantamento de como esse desafio estava sendo enfrentado, especialmente em relação às questões de insegurança alimentar. Como instrumento avaliativo foi utilizada a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia) e após análise das condições atuais de renda, juntamente com o risco de insegurança alimentar, uma parte das fa-

mílias foi elencada como prioritária para o atendimento domiciliar. O principal foco eram as famílias com crianças menores de 5 anos que já apresentavam antes da pandemia um quadro nutricional de magreza e/ou baixa estatura e que haviam sido diagnosticadas nesse momento em situação de insegurança alimentar.

O atendimento domiciliar foi realizado por duplas de profissionais do Cren compostas por nutricionistas, pediatras, profissionais de educação física e psicólogos, sem adentrar o domicílio conforme as orientações das autoridades sanitárias. Durante o atendimento domiciliar, além das orientações sobre saúde da criança e dos seus familiares, foram entregues alimentos não perecíveis, materiais de limpeza e de higiene. Além disso, foram doados brinquedos, livros e jogos para a redução do tempo de tela e interação dos cuidadores e suas crianças.

Importante medida foi retirar das cestas as bolachas recheadas, achocolatados e outros produtos ultraprocessados. Juntamente aos alimentos perecíveis foram entregues ovos, frutas, legumes e sacolas verdes, oriundas da parceria com agricultores familiares urbanos dos territórios periféricos onde o Cren habitualmente oferece assistência.

Essa iniciativa é de extrema importância, uma vez que a presença do agricultor familiar urbano ainda é pouco difundida nos territórios. A experiência demonstrou que a intervenção em saúde pode ocorrer de forma mais ampla, em que o processo educativo, a sustentabilidade e a valorização do território podem ser considerados como importante e rica fonte de recursos humanos e materiais.

A composição da sacola verde levou em conta o que o agricultor familiar urbano já cultivava e a sazonalidade dos alimentos. Ela foi composta basicamente por uma verdura para salada, uma verdura para refogar, uma folha de tempero e uma Planta Alimentícia Não Convencional (Panc). A inovação do Cren foi a inclusão das Panc, que são de fácil plantio, resistentes, podendo ser cultivadas em casa. O preparo é fácil e de alto valor nutritivo, sendo grandes aliadas da boa nutrição. O intuito de fornecê-las às famílias foi de favorecer a diversidade da alimentação e o resgate à cultura alimentar.

Portanto, essa intervenção considerou para além do acesso quantitativo aos alimentos, o aspecto qualitativo, ao oferecer alimentos orgânicos e in natura. Para melhor aproveitamento da sacola verde foram produzidas receitas culinárias de fácil preparo e distribuídas para as famílias por meios impressos e vídeos por aplicativo de mensagens, com o objetivo de favorecer o consumo dos alimentos que compunham a cesta, com maior ênfase para o preparo das Panc e leguminosas. Essa troca de experiências e receitas culinárias foi ponto importante de vinculação e relacionamento com os pais e cuidadores. Mesmo em um cenário desfavorável, durante os atendimentos domiciliares, criou-se a possibilidade de

práticas de educação alimentar e nutricional em caráter horizontal.

Essa abordagem inédita do Cren beneficiou 464 famílias com a entrega de 2.283 cestas de alimentos associadas ao atendimento nutricional domiciliar no período que se estendeu de abril a outubro de 2020. O processo de busca ativa das crianças, que muitas vezes residiam em áreas consideradas como “vazios assistenciais”, foi de fundamental importância não só para a criança, mas para seus irmãos e pais, como um espaço de escuta, diagnóstico e cuidado da família em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

As desigualdades que já existiam antes da pandemia se tornaram marcantes em 2020, revelando um Brasil bastante heterogêneo, com vários perfis periféricos e diferentes cenários de exclusão, inclusive o digital. Como descrito neste texto, algumas iniciativas bem-sucedidas do poder público, bem como das organizações civis foram essenciais e eficazes para atenuar os efeitos deletérios da pandemia sobre os aspectos de segurança alimentar e o acesso a serviços de saúde em uma parcela da sociedade brasileira que vive em situação de vulnerabilidade socioeconômica e civil.

Agradecimentos

Aos palestrantes do XII Seminário Serviço, Pesquisa e Política Pública, promovido pelo Grupo Nutrição e Pobreza: Liliana Chopitea Cristina Albuquerque e Darklane Rodrigues Dias.

Referências

1. INQUÉRITO Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil. <https://pesquisassan.net.br/olheparaafome/>. Acessado em: 5 maio 2022.
2. SWINNEN, J.; MCDERMOTT, J. (Ed.) Covid-19 and global food security. Washington, DC: International Food Policy Research Institute (IFPRI), 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.2499/p15738coll2.133762>>
3. UNICEF - Impactos Primários e Secundários da Covid-19 em Crianças e Adolescentes Relatório de análise 1ª Onda. S. d. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/media/11331/file/relatorio-analise-impactos-primarios-e-secundarios-da-covid-19-em-criancas-e-adolescentes.pdf>>.
4. REVISTA ALIMENTA – Revista de segurança alimentar e nutricional da Prefeitura de Belo Horizonte. S. d. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/smasac/2021/SUSAN/susan_revista-alimenta_20210426.pdf>

Resumo:

O texto, fruto do XII Seminário promovido pelo grupo Nutrição e Pobreza do IEA da USP, sintetiza dados e experiências apresentadas sobre (in)Segurança Alimentar e Nutricional durante a pandemia de Covid19. A Unicef apresenta dados de pesquisa com expressiva piora no acesso e na

qualidade da alimentação de crianças e adolescentes em todo país. O Cren traz inovação no cuidado de crianças desnutridas com o fortalecimento da agricultura familiar urbana nas periferias de São Paulo e a secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) de Belo Horizonte compartilha as iniciativas para mitigar o avanço da fome favorecendo políticas públicas de SAN e os desafios encontrados. A produção qualificada de dados e iniciativas do poder público e da sociedade civil para mitigar a fome foram essenciais para atenuar os efeitos da pandemia sobre a SAN.

Palavras-chave: Covid19, Insegurança alimentar, criança, desnutrição.

Abstract:

As a result of the XII Seminar on Service, Research and Public Policy of the Nutrition and Poverty research group of the IEA at USP, this text summarizes the data and experience reports presented on Food and Nutrition (in)Security during the Covid19 pandemic. Unicef presents its research data with a significant deterioration both in access and in the quality of food for children and adolescents in all country. Cren reports innovation in the care of malnourished children in the outskirts of São Paulo and the Secretary of Food and Nutrition Security of Belo Horizonte shares the initiatives to mitigate the advance of hunger and the challenges encountered. The qualified production of data and initiatives by the government and civil society to mitigate hunger were essential to decrease the deleterious effects of the pandemic on FNS.

Keywords: Covid19, Food insecurity, child, malnutrition.

Sobre as autoras

Maria do Carmo Pinho Franco é biomédica e professora associada do Departamento de Fisiologia da Universidade Federal de São Paulo. Integrante do grupo de pesquisa Nutrição e Pobreza do IEA-USP. mariadocarmo.franco@gmail.com

Fernanda Thomazini é mestranda do programa de medicina translacional do departamento de fisiologia da Unifesp.

Anni Lei é aluna do curso de enfermagem da Escola Paulista de Enfermagem da Unifesp.

Anna Maria Medeiros Peliano era graduada em Ciências Sociais, pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica (IPEA) e Coordenadora do grupo de Nutrição e Pobreza do IEA-USP.

Semíramis Martins Álvares Domene é nutricionista e professora associada livre-docente no curso de Nutrição, Departamento de Políticas Públicas e Saúde Coletiva, Instituto Saúde e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo. Vice-coordenadora do grupo de pesquisa Nutrição e Pobreza do IEA-USP. semiramis.domene@unifesp.br

Ana Lydia Sawaya é bióloga e professora aposentada do Departamento de Fisiologia, Disciplina de Fisiologia da Nutrição da

Universidade Federal de São Paulo. Integrante do grupo de pesquisa Nutrição e Pobreza do IEA-USP. al.sawaya@yahoo.com.br

Mariangela Belfiore Wanderley é graduada em Serviço Social e professora associada do Departamento de Serviço Social, Faculdade de Ciências Sociais, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Membro do Grupo de Pesquisa Nutrição e IEA-USP. mariangela.belfiore@gmail.com

Cláudia Maria Bógus é pedagoga, professora associada da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP) e membro do Grupo de Pesquisa Nutrição e Pobreza do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da Universidade de São Paulo (USP). claudiab@usp.br

Maria Paula de Albuquerque é pediatra nutróloga e diretora clínica do Centro de Recuperação e Educação Nutricional (Cren)/Unifesp. Membro do grupo de pesquisa Nutrição e Pobreza do IEA-USP. saude_vm@cren.org.br